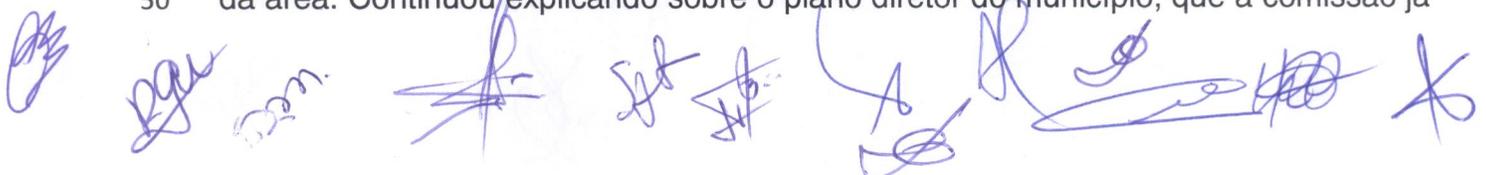


1 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ASSIS.**  
2 Ao vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, na Casa  
3 dos Conselhos de Assis, às quatorze horas e trinta minutos realizou-se Reunião  
4 Extraordinária do COMDEMA. Estavam presentes os seguintes conselheiros  
5 **Titulares:** Elaine Amorim Soares (FEMA), Renata Giassi Udulutsch (UNESP), Cicero  
6 Donizetti da Mota (SMS), Fábio Avila Nossack (SMMA), Leandro Aguilera Bergonso  
7 (SMA), Eliane Akiko Honda (Instituto Florestal), Marcos César dos Santos (Cati),  
8 Paulo Cesar Alexandrelli (DAEE), Fabiano Fontolan (EDA), José André dos Santos  
9 (Associação de Moradores), Diléa Zanotto Manfio (ONG), Silvana Maria Negri  
10 (Rotary), Márcio Luiz dos Santos (Sindicato Trab. Rural), José Carlos da Silveira  
11 (Sintaema), João Pereira de Santana (Lions), Eduardo Henrique Ribeiro  
12 Rodrigues (Sind. Rural), Marcelo Oliveira Aguiar (OAB), Luciano Negrão Menezes  
13 (Unip), Henrique Villibor Flory (Unicesumar) e Vilma Rodrigues Cipriano Soares  
14 (Coocassis). **Suplentes:** Sérgio Doná (APTA), Roberto Cicilliato (EDA), Marcelo T. de  
15 Carvalho (Comdurb), Ricardo Augusto Dias Kanthack (CDVale), Rosângela Cavallini  
16 da Silva (Rotary), Luciano Taveira Barros (Assoc. Eng. Arq. Agro.) e Clodoaldo de  
17 Almeida (SPFloresta). **Justificaram ausência:** Paulo Celso Moreira Barbosa  
18 (Energisa) e Solange Bongiovanni (Assoc. Eng. Arq. Agro.). **PAUTA: ANÁLISE E**  
19 **DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE INSERÇÃO DE ÁREA AO PERÍMETRO**  
20 **URBANO CONFORME OFÍCIO DA Nº 396/2017 E DOCUMENTOS ENVIADOS NA**  
21 **CONVOCAÇÃO ANTERIOR.** O Presidente passou a palavra ao funcionário Jorge da  
22 Prefeitura Municipal, o mesmo retomou a explicação sobre o projeto de inserção de  
23 área ter passado pela casa em 2012. O conselheiro Luciano Taveira questionou a  
24 volta do projeto agora se ele já estava aprovado em 2012. Jorge explicou que na  
25 época, a administração encaminhou 3 projetos: o primeiro, passou pela câmara, o  
26 segundo projeto, a câmara não aprovou (projeto da Regional Telhas, onde teria hípica,  
27 campo de golfe, etc), e o terceiro que seria este, que na época era outra empresa, a  
28 Escopel, e que, este nem foi enviado à câmara, desconhecendo-se os motivos pelos  
29 quais ficou arquivado na prefeitura. Na administração atual, o proprietário da área  
30 enviou um ofício à prefeitura solicitando a retomada do projeto. A empresa Escopel  
31 acabou desistindo pela demora. O prefeito ficou ciente que estava tudo aprovado, mas  
32 quis enviar às casas para ter uma ratificação da aprovação do projeto. Disse ainda  
33 que o COMDURB questionou o porque de enviar o projeto para aprovação do  
34 COMDEMA e foi explicado que tem áreas de APPs no local. Os documentos sobre a  
35 aprovação do COMDEMA na época estão no nome da presidente na época, Solange  
36 Bongiovanni, porém assinado por procuração pela Rosângela Cavallini. A conselheira  
37 Rosângela disse que entrou em contato com a Solange e com o Fábio, e todos  
38 acharam muito estranho a Ata não estar assinada. Jorge retomou a palavra dizendo  
39 que só constatou esse fato, quando pediu toda a documentação, pois são necessárias  
40 autorizações para que a empresa visite o local, e a Ata não estava assinada, porém  
41 constava a aprovação do COMDEMA. O conselheiro Max, em 2012, atentou para que  
42 os conselhos acompanhem os projetos, pois sem a autorização de inserção de área,  
43 a empresa não consegue elaborar o plano de impacto ambiental e que a PMA só pode  
44 implementar as diretrizes quando a área estiver inserida no perímetro urbano. E que,  
45 o processo é longo, sendo necessário licenças da CETESB e de outros órgãos. Jorge  
46 retomou a palavra dizendo que a PMA acredita que o projeto trará um grande ganho  
47 ao município. De acordo com o Senhor Jorge, a promotoria não vê como impedimento  
48 a coexistência de APP e desenvolvimento do projeto. No Colinas a área foi cercada e  
49 as mudas foram cuidadas por cinco anos, e que o GAEMA exige que a SMMA cuide  
50 da área. Continuou explicando sobre o plano diretor do município, que a comissão já



51 está definida e que o decreto já foi publicado, que no site da prefeitura terá um banner  
52 para a população acessar e participar da elaboração do plano. Disse ainda que,  
53 mapas e documentos originais estão à disposição dos conselheiros. O Conselheiro  
54 Ricardo Kanthack pediu a palavra retomando ao assunto da falta de assinatura na  
55 Ata e questionando também que algumas prerrogativas do MAX não foram citadas.  
56 Sugeriu que o conselho aprovasse mediante a apresentação do projeto de  
57 licenciamento ambiental. Jairo, representando a empresa, disse que já tinha entrado  
58 em contato com a SABESP e que todas as providências ambientais serão tomadas e  
59 se comprometeu em dar informações sobre o andamento do projeto. O conselheiro  
60 José Carlos da Silveira informou que a SABESP não faz estudo em área rural, só  
61 urbana. O conselheiro Fábio Fontolan disse que o estudo ambiental pode ser feito  
62 previamente. Jorge explicou que em todos os processos não são possíveis se a área  
63 não estiver inserida na área urbana. Fábio retomou a palavra e disse que estudos e  
64 relatórios podem ser feitos a qualquer momento. Jorge disse que não há lei que  
65 obrigue a se fazer antes, então não tem como cobrar isso, mas que isso pode ser  
66 inserido no Plano Diretor. A Diléia pediu a palavra e manifestou sua estranheza, pois  
67 acompanhou todos os projetos de expansão do perímetro urbano propostos e que  
68 esse projeto, além de pedir a expansão já apresenta um uso pra área, não observado  
69 nos outros projetos. Acrescentou que, se tem um projeto, que deve ter todo um estudo  
70 para a implantação. Continuou com a palavra, falando sobre o plano diretor que as  
71 alterações e contribuições só poderão ser feitas depois do plano pronto, manifestou  
72 sua opinião sobre a necessidade de audiências públicas para manifestação  
73 participativa da população. O funcionário Jorge retomou a palavra, dizendo que é  
74 diferente expansão de perímetro urbano e inserção de área. O primeiro altera o  
75 perímetro urbano como um todo e na inserção de área, é necessário o motivo da  
76 inserção no perímetro urbano: se é loteamento, indústria, shopping, etc. Continuou  
77 explicando que a PMA não convoca as audiências públicas e sim a Câmara, mas que  
78 ele entende que poderia ser feita entre os Conselhos que tem a representatividade de  
79 todos os seguimentos. Disse ainda que enquanto se realizavam as audiências  
80 públicas era porque os Conselhos não estavam instituídos. Diléia retomou a palavra,  
81 dizendo que há um decreto de 2011, do então prefeito Ézio Spera, que regulamenta  
82 as audiências públicas. O funcionário Guilherme do controle urbano da PMA explicou  
83 que toda documentação passa por ele, que o EIA antecipadamente, porém a empresa  
84 não gasta antes de ter garantido o investimento. O conselheiro Luciano Negrão disse  
85 que ofereceu fazer um estudo sem custo, e considerou um desdém a recusa, pois ele  
86 tinha uma equipe de quatro pesquisadores dispostos a realiza-lo. Jorge explicou que  
87 esse assunto surgiu no final da reunião e que não foi recusado, no seu entender que  
88 a idéia era montar uma comissão q que o assunto ficou sem complemento. Ricardo  
89 Kantack disse que não há sentido em se montar um grupo para realizar o estudo uma  
90 vez que o EIA não custa tanto assim e que faz parte da prevenção da saúde, declarou  
91 a proposta de que havendo estudo prévio, não há como vetar o projeto, que não  
92 queremos ser do contra. Continuou explanando que devemos nos pautar em resolver  
93 as coisas de forma técnica, corroborando aquilo que foi aprovado em 2012, o  
94 COMDEMA dará o aval desde que se apresente o EIA. O Conselheiro Luciano  
95 Taveira, fez outra proposta de encaminhamento: votamos a inserção de área hoje ou  
96 esperamos o plano diretor. A Diléia reiterou a proposta do Luciano. O conselheiro  
97 Kantack admite proposta melhor do Luciano, pois engloba a dele. Sendo que todos os  
98 conselheiros gostaram da proposta, o presidente encaminhou da seguinte forma:  
99 retirou o assunto da pauta e orientou os conselheiros na votação: Sim, aprovar a  
100 inserção de área; Não, esperar o Plano Diretor para posterior aprovação. Antes de



101 iniciar a votação, o Jorge explicou que o plano está sendo encaminhado, que pode  
102 ser dado um início com a sugestão do Kantack, que as duas coisas podem andar  
103 juntas. O Conselheiro Kantack respondeu dizendo que com certeza o Conselho irá  
104 querer o EIA. O presidente abriu a votação nominal, foram **16 Não**: Elaine Amorim  
105 Soares, Eliane Akiko Honda, Marcos César dos Santos, Sérgio Doná, Paulo Cesar  
106 Alexandrelli, Fabiano Fontolan, Ricardo Augusto Dias Kanthack, Diléa Zanotto Manfio,  
107 Silvana Maria Negri, João Pereira de Santana, Márcio Luiz dos Santos, José Carlos  
108 da Silveira, Eduardo Henrique Ribeiro Rodrigues, Marcelo Oliveira Aguiar Silva,  
109 Luciano Taveira Barros e Luciano Negrão Menezes. **8 Sim**: Renata Giassi Udulutsch,  
110 Cícero Donizetti da Motta, Fábio Avila Nossack, Leandro Aguilera Bergonso, Marcelo  
111 T. de Carvalho, José André dos Santos, Henrique Villibor Flory e Vilma Rodrigues  
112 Cipriano Soares. **Ficando aprovado aguardar o Plano Diretor**. O presidente  
113 agradeceu a presença de todos. Nada mais a tratar é encerrada a reunião e eu, Elaine  
114 Amorim Soares, segunda secretária lavro a presente ata que após lida e aprovada  
115 será assinada. Assis, 24 de outubro de 2017.



Handwritten signatures in blue ink, including names like "Kantack", "Jorge", "Elaine Amorim Soares", "Renata Giassi Udulutsch", "Cícero Donizetti da Motta", "Fábio Avila Nossack", "Leandro Aguilera Bergonso", "Marcelo T. de Carvalho", "José André dos Santos", "Henrique Villibor Flory", "Vilma Rodrigues", "Cipriano Soares", and "Elaine Amorim Soares".